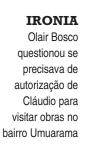


PERISCÓPIO



Umuarama: a rota

vereador Olair Bosco (PP) rebateu ontem as críticas do parlamentar Cláudio Henrique da Silva (PMN), que, no final da semana passada, mostrou-se descontente com a visita do pepista, junto com o prefeito Cido Sério (PT), a obras de asfaltamento no bairro Umuarama. Olair disse que não costuma fazer visitas por aquela localidade. O bairro, frisou Olair, é usado como caminho diário para seus compromissos, pessoais ou políticos. "Além disso, recebo, constantemente, visitas de moradores do Umuarama. Então, se tem alguém que conhece o sofrimento daquela população sou eu", enfatizou. "E não sabia que precisava de autorização dele (Cláudio) para ir ao bairro", provocou Olair. Em relação ao deputado estadual Roque Barbiere (PTB), com quem Cláudio procura dividir o mérito pela obtenção de recursos junto ao governo paulista para as obras, Olair elogia o representante da região na Assembleia Legislativa de São Paulo. "Fico admirado em ver o deputado assumindo os compromissos dele com a região. Mas sabemos que nessas obras também entram contrapartida da Prefeitura", salientou o vereador.





Comissão

lair se disse surpreso com as declarações de Cláudio, a quem afirma ter explicado o motivo de sua ida ao bairro com Cido Sério. A esta coluna, na edição de sábado, ao se referir às obras no Umuarama, Cláudio enfatizou ser "o pai da criança". O vereador do PP, entretanto, ainda justifica sua presença no bairro da zona leste pelo fato de integrar, na Câmara, Comissão Especial de Obras e Infraestrutura, junto com o vereador Rivael Papinha (PSB).

Uma pergunta

m meio à queda de braço dos dois vereadores, com foco na E m meio a queua de piaço dos dolo reseales, vaidade política, está um dos maiores problemas de Araçatuba: a má qualidade asfáltica. Fica, então, a pergunta: será que, nesse momento, a população está interessada em conhecer "pai ou pais" da criança ou ver solução para a precária infraestrutura do asfalto?

Visita partidária

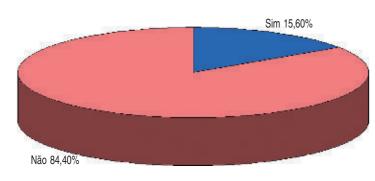
coordenação do PHS (Partido Humanista da Solidariedade) A em Araçatuba recebe amanhã o presidente estadual da legenda, Tinha di Ferreira. Na agenda, está previsto encontro com o prefeito Cido Sério (PT), segundo o comando do partido.

Viagem sob investigação

m Andradina, o presidente da Câmara, vereador Cristiano Rodrigues (PSL), deve nomear hoje os três membros que formarão a CEI (Comissão Especial de Inquérito) para investigar prestação de contas de viagem da vereadora Célia Regina de Souza (PS-DB), que, no último dia 13, em Ribeirão Preto, foi presa por suspeita de estelionato e depois, liberada.



Você concorda com a distribuição de kits anti-homofobia nas escolas?



Resultado de enquete com 141 votos do dia 28/05/2011.

Os resultados não se baseiam em amostragem sob critérios de pesquisa científica As enquetes têm o objetivo de estimular o debate de questões de interesse público.

Pergunta do dia

Você concorda que hoje está mais fácil adquirir a casa própria?

Participe // www.folhadaregiao.com.br; e-mail leitores@folhadaregiao.com.br



CASO BANCO INTERIOR

Prescrição por idade livra Maluly de processo criminal

10 anos após infração que resultou na perda de seu mandato, ex-prefeito não corre mais risco de prisão

Sergio Guzzi sergio.guzzi@folhadaregiao.com.br

uase três anos depois da cassação de seu mandato, por infração administrativa cometida em 2001, quando R\$ 1,3 milhão da Prefeitura de Aracatuba e do Daea (Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba) ficaram retidos após o Banco Central liquidar judicialmente o Banco Interior, onde o dinheiro estava depositado, o ex-prefeito Jorge Maluly Netto (DEM) não corre mais risco de ser preso devido ao episódio que marcou o início de seu governo.

Por decisão da 3ª Vara Criminal de Araçatuba, de 17 de maio, o processo foi considerado prescrito, devido à idade de Maluly, hoje com 80 anos. Conforme o Código Penal, réus com mais de 70 anos têm o direito de ter processos em trâmite na Justiça prescritos com a metade do tempo previsto originalmente, de acordo com o crime ou infração praticados.

TEMPO

No caso do processo movido contra Maluly, em 17 de fevereiro de 2003, a prescrição ocorreu oito anos após a Justiça receber denúncia criminal com base no "Caso Banco Interior", como ficou conhecido o bloqueio de dinheiro da Prefeitura e do Daea em instituição financeira liquidada judicialmente. A decisão da Justiça, pela prescrição do processo, se deu após manifestação da Promotoria Criminal de Araçatuba, em 12 de maio deste ano.

Em vistas ao processo, a repartição do Ministério Público fez observações a trâmites do caARGUMENTO Maluly insiste que não teve culpa no bloqueio de dinheiro público depositado no liquidado Banco Interior

so que contribuíram para a demora de seu julgamento, levando-o ao encerramento do prazo legal de uma eventual condenação do ex-prefeito por ter autorizado o depósito de dinheiro do município no Banco Interior.

Em trechos das observações, a Promotoria destaca testemunhas que foram arroladas pelos advogados do ex-prefeito e não foram localizadas pela Justiça ou que pouco contribuíram para esclarecer o caso.

Apesar de o "Caso Banco Interior" ter ocorrido em Araçatuba, a defesa de Maluly pediu judicialmente que uma determinada testemunha fosse, inicialmente, ouvida por meio de cartaprecatória no Japão e, posteriormente, em Mirandópolis.

A troca de pelo menos duas testemunhas arroladas no processo também contribuiu para a demora no julgamento do processo criminal contra o ex-prefeito.

para julgamento em 17 de fevereiro deste ano, exatamente quando completaram os oito anos necessários para a prescrição. O juiz da 3ª Vara Criminal, Emerson Sumariva privilegiado. Júnior, no entanto, emitiu despacho, determinando a manifestação da defesa do ex-prefeito, o que extrapolou de vez do tempo legal para que o caso fosse sentenciado.

NO TJ-SP

Antes de receber decisão definitiva da 3ª Vara Criminal, o mesmo processo tramitou pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), devido ao foro privilegiado que Maluly teve enquanto foi prefeito, de janeiro de 2001 a setembro de 2008, quando seu mandato foi cassado.

que o processo fosse remetido para julgamento em Araçatuba, ins-

O processo teve conclusão porque, após o próprio TJ-SP decidir pela cassação de seu mandato, em processo sobre o mesmo episódio, só que na esfera cível, Maluly perdeu o direito ao foro

Paulo Gonçalves/Folha da Região - 26/05/2011

Na última quinta-feira, em entrevista à Folha da Região, Maluly demonstrou satisfação com o desfecho do processo na esfera criminal. "Vocês ainda não publicaram que a Justiça me absolveu criminalmente", questionou à reportagem, informando, em seguida, sobre a prescrição do caso.

O ex-prefeito voltou a dizer que não teve culpa no bloqueio do dinheiro depositado no liquidado Banco Interior e que o fato não se deu por má-fé.

Maluly tem em esse como um dos principais erros de sua No entanto, em 3 de março carreira política, afirmando que de 2009, o Tribunal determinou já pagou financeiramente pela infração cometida e que a decisão de depositar dinheiro no Banco tância de origem do caso. Isso Interior se deu em equipe.

Na esfera cível, ex-prefeito é cobrado a pagar correções sobre dano financeiro

to (DEM) se mostrar aliviado com a prescrição do processo criminal, o "Caso Banco Interior" ainda não está completamente liquidado da vida do ex-prefeito.

Mesmo após ter sido cassado em 2008, por determinação do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) e depositado R\$ 1.340.532,24 como garantia aos R\$ 1,3 milhão da Prefeitura e do Daea (Departamento de Água e pelo Banco Central.

Apesar de Jorge Maluly Net- Esgoto de Araçatuba) retidos no Banco Interior, Maluly ainda é cobrado a ressarcir os cofres municipais pelo dano causado em 2001, logo depois de iniciar seu primeiro mandato como prefeito.

O Ministério Público cobra do ex-chefe do Executivo o pagamento, aos cofres municipais, de valores correspondentes a juros do montante que ficou retido na instituição financeira liquidada

3ª Vara Cível de Araçatuba, Antônio de Oliveira Angrisani Filho, baixou despacho em que determina a realização de perícia nos valores para levantar quanto exatamente o ex-prefeito ainda deve pagar aos cofres municipais.

DEFESA

Um dos advogados de Maluly no "Caso Banco Interior",

No último dia 2, o juiz da na ocasião que o impasse está no percentual de juros cobrado pelo MP. Pela sentença, o ex-prefeito deveria pagar 0,5% de correção ao mês. No entanto, segundo ele, o entendimento da Promotoria é de que Maluly deve devolver aos cofres do município valores calculados sobre 1%, o que faria com que o montante cobrado ultrapassasse a casa dos R\$ 2 milhões, quando, no seu entendimento, de-Caio Luís de Paula e Silva disse veria ficar em R\$ 1,2 milhão. s.g.

ELEIÇÕES 2012

PT lançará 26 candidatos a prefeito nas 48 cidades da região onde tem atuação

Araçatuba Sergio Guzzi sergio.guzzi@folhadaregiao.com.br

m encontro regional na Câmara de Araçatuba, no último domingo, o PT decidiu que, nas 48 cidades da região onde tem atuação, lançará 26 candidatos a prefeito nas eleições municipais do próximo ano.

Segundo o presidente do diretório do partido em Araçatuba, Fernando Zar, a proposta do PT é se preparar para, no próximo pleito, fazer frente ao PSDB, legenda que comanda o maior número de prefeituras na região. "A nossa proposta é fortalecer o partido para um grande enfrentamento com o PSDB, que será nosso principal adversário na região", afirma.



DISPUTA Zar: proposta é fortalecer partido para enfrentamento com o PSDB

Zar disse ontem, em entrevista à Folha da Região, que o partido já tem alguns nomes definidos como candidatos para o

pleito de 2012. Araçatuba, principal cidade com governo petista, terá o atual prefeito, Cido Sério, como candidato à reeleição.

O mesmo ocorrerá em Andradina, onde o prefeito Jamil Ono exerce primeiro mandato, e em Santo Antônio do Aracanguá, com Luiz Carlos dos Reis Nonato, o Luizão, que também poderá concorrer à reeleição.

VEREANÇA

No encontro de domingo, os petistas da região também decidiram que em todas as 46 cidades o partido lançará candidatos a vereador em 2012. "Na linha do fortalecimento, a proposta é termos nossos candidatos em todos estes municípios no próximo ano. Se não for possível a formação de coligação com outras legendas, o PT terá chapa pura, lançando sozinho os seus nomes à disputa de vagas nas câmaras dessas cidades", diz.